

# Reflexões para pensar uma geografia dos e das de baixo

*Renata Ferreira da Silveira*

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – Brasil

renatafsilveira@gmail.com

---

**Resumo:** A produção acadêmica no campo do saber da Geografia vem se tornando uma produção intelectual que reflete, de acordo com as mudanças sociais em diferentes espaços e tempos, o aspecto político, econômico, simbólico, material, relacional. Assim, pensar a geografia também é pensar epistemologicamente nas relações de poder e nos sujeitos territorializados nesses diferentes espaços. Partindo desse pressuposto, este artigo busca refletir sobre as possibilidades de a Geografia em trazer para o debate aqueles e aquelas que constroem o espaço desde baixo, desde relações antiautoritárias e antissistêmicas, onde os/as protagonistas são dinâmicos e territorializados e onde essa dinâmica, esse movimento, não fica restrita ao plano social e temporal, mas “grafa” fortemente o espaço. Para isso, sugerimos uma reflexão em torno das possibilidades de categorias da Geografia, como território, escala, lugar, assim como a dimensão da autonomia e da perspectiva decolonial e crítica como elementos que devem ser pensados a partir dos/das de baixo.

**Palavras-chave:** Geografia. Território. Territorialidades. Autonomia. Colonialidade.

---

“Eso es nuestra autonomía: es nuestro el camino, nosotr@s lo caminamos, nosotr@s acertamos, nosotr@s nos equivocamos, nosotr@s nos corregimos.”

Subcomandante Insurgente Moisés  
Subcomandante Insurgente Galeano  
México, febrero del 2016

## Reflexões iniciais

Os debates em torno do território e da Geografia vêm se modificando entre seus principais teóricos e teóricas, em uma produção intelectual que reflete de acordo com as mudanças sociais em diversas escalas, diversos tempos, no aspecto político, econômico, cultural, simbólico, material, relacional, estrutural, em diferentes calendários e geografias, como dizem os e as zapatistas. Fato também é que, conseqüentemente, com as mudanças na concepção de território, vêm junto novas caracterizações espaciais, pois o território já não serve somente como caracterizador do Estado-nação, da espacialização do patriotismo, mas sim se constituindo através de várias vertentes e funções, podendo ter um objetivo específico para a sua construção ou enquanto lócus de diferentes objetivos e culturas, por exemplo, o fortalecimento dos territórios pelos povos amplia a luta cotidiana dos indígenas, quilombolas,

caixaras, camponeses, desempregados da cidade, sem-teto, ribeirinhos, trabalhadores e trabalhadoras. O espaço materializa e simboliza a luta e estes territórios, dos e das de baixo e, de fato, sempre existiram.

Do ponto de vista epistemológico, o território e o espaço geográfico se modificam, tornam-se conceitos apropriados e aplicados na ciência como categorias de análise a medida em que situações em determinados processos históricos ou fenômenos. Porto Gonçalves nos diz que

O espaço geográfico e o território se colocam, assim, como conceitos chaves para a compreensão dos complexos processos que ora põem em crise o mundo moderno-colonial até porque são conceitos que historicamente estão ligados a esse mundo que os criou. Afinal, uma das questões centrais que se apresenta nos dias de hoje diz respeito, exatamente, às novas grafias na terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão **dos protagonistas que está em jogo**. Assim, se impõe, de imediato, a necessidade de des-substantivar o espaço geográfico posto que, quase sempre, é visto como uma realidade objetiva exterior à sociedade (PORTO GONÇALVES, 2002:229)

Dialogando com esta afirmação, é importante reafirmar a perspectiva do território não somente como representação espacial do Estado-Nação, mas também que suas instituições/instituintes se fortalecem em um período histórico onde toda a produção do conhecimento era voltada para afirmação da manutenção do poder a partir do sistema-mundo-moderno colonial, resultando, portanto, em uma determinada geografia. Ou seja, é importante sempre reafirmar a conceituação de território para além do resguardo de uma Geografia Política de pilares eurocêntricos, forjada a partir da compreensão das relações capitalistas e coloniais que onde a disputa territorial sempre existiu como componente da territorialização do Império, do Estado Moderno, do avanço das grandes corporações, do neoliberalismo, da sociedade de consumo, etc.

Neste mesmo sentido, o capitalismo se expande em diversas maneiras, cada vez mais complexo e excludente e, contraditoriamente, emergem novas formas de organização, também complexas, oriundas de povos excluídos, em espaços e tempos diferentes, e muitas vezes excluídos da formação do arcabouço teórico científico, portanto, territórios e territorialidades excluídas, mas que sempre existiram e re-existiram. Assim, os protagonistas que estão em jogo (PORTO GONÇALVES 2002), os e as de baixo são dinâmicos e territorializados e é a dinâmica, o movimento, que traz transformações na história (tempo) e na geografia (espaço). Essas transformações não ficam somente no plano social e temporal, mas “grafam” fortemente no plano territorial, onde sua forma de gerir e articular são fundamentais para o caráter de resistência (SILVEIRA, 2010).

Souza (1995) quando afirma que o território é um espaço **definido e delimitado por**

**e partir de relações de poder**, coloca que as relações de poder estão intrínsecas ao debate territorial - sem dúvidas - mas acrescenta que devemos adjetivá-lo, depurar quais as escalas destas relações e como elas se constituem no tecido social. Ou seja, sendo os e as protagonistas os e as de baixo, temos que avaliar a construção das relações de poder relacional com o processo de territorialização e a construção das territorialidades, que estão (re)definindo também, escalas, redes, lugares. Sobre isso, o autor ainda afirma que “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas [...] dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também periódico, cíclico” (SOUZA, 1995). Todavia, devemos ficar atentas e atentas a possibilidade de construção do território sobre diversos aspectos de tempo e de espaço podem abrir brecha para o território supervalorizado pela dimensão simbólica ou pela dimensão física, ou seja, deixando em segundo plano a dimensão material e política. Sobre isso, Porto Gonçalves diz que

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um **espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades** - que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma tipologia social (BORDIEU, 1989). [...] A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de **existência material**. É preciso recuperar essa dimensão material, sobretudo nesse momento como o que vivemos em que se dá cada vez mais importância a dimensão simbólica, quase sempre de modo unilateral, como se o simbólico se opusesse ao material. (PORTO GONÇALVES, 2001:229)

Reafirmando relações de poder como intrínsecas ao território e todas as relações sócio espaciais, a não dicotomização entre a dimensão material e simbólica se torna precedente pois, desta perspectiva, o território construído existe por que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda a apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica (PORTO GONÇALVES, 2001:229).

Considerando que os territórios permeiam entre as relações e as manifestações de quem os constroem, o aspecto político é fundamental para a dimensão da territorialidade dos e das de baixo. Concordamos com Sack (apud Haesbaert) ao afirmar a dimensão estritamente política da territorialidade pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” e, por ser política, a territorialidade se coloca como componente do poder e não é “apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.”

(SACK, 1986:219)

Um bom exemplo destas geografias grafadas por estes e estas protagonistas que constroem o debate territorial na perspectiva dos de baixo, é a que traz Raul Zibechi quando faz a análise sobre a geografia do movimento indígena e sua relação com o Estado, nos coloca que

con la emergencia del movimiento índio en las ultimas dos décadas, hacia mediados o fines de los 80, el concepto de território se modifica, lo modifican los índios con sus luchas. La Declaracion de Quito (1990) hace hincapié em que ‘el derecho al territorio es una demanda fundamental de los pueblos indígenas, y concluye “sin autogobierno índio y sin control de nuestros territórios, no puede existir autonomia”. (ZIBECHI, 2008:22)

Aí temos uma “nova” dimensão de análise: da autonomia como premissa nesta relação de poder, aparecendo como parte, construída e defendida nos movimentos antissistêmicos, da sua multiterritorialidade e da sua territorialidade como componente de estratégia, de resistência, imbricando, portanto, em escalas, lugares, paisagens e geografias.

Portanto, analisar estas situações a partir da Geografia parte de compreender o território a partir de uma definição de apropriação, onde os sujeitos que se apropriam e qual a relação de poder que está engendrada. Somente assim é possível relativizar quais os elementos históricos que estão envolvidos, buscando reconhecer e retomar uma identidade social como formas de manifestar as resistências e a territorialização das multiplicidades. Haesbaert afirma que

(...) o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (HAESBAERT, 2008)

Assim, se os sujeitos mais ou menos organizados politicamente - de forma coletiva ou individual, constroem suas territorialidades, podemos afirmar então que estes sujeitos partem de alguma geografia, as vezes de um contexto de estratégia de sobrevivência que, ao longo do tempo histórico, caminha para a autonomia e para o autogoverno. Assim, estes territórios se constituem na medida que a conjuntura política se altera, local, nacional e/ou internacionalmente e, historicamente, reforçam a necessidade da auto-organização, sobre uma outra racionalidade.

Haesbaert (2004), também atenta que para além das relações políticas, a territorialidade diz respeito ao significado de lugar através da incorporação que os sujeitos em relação ao espaço, aos significados e insígnias grafados no âmbito cultural e subjetivo e dialoga

com Souza ao afirmar que a territorialidade

no nosso ponto de vista, é “algo abstrato”, como diz Souza, mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos Judeus. Ou seja, o poder no seu sentido simbólico também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território. (HAESBAERT, 2004: 57).

Nesta abstração analítica o lugar se coloca como dimensão da identidade, de criação e recriação da resistência, da territorialidade também como estratégia. Não é só um lugar de pertencimento da identidade dos e das de baixo, mas o território em que o lugar é colocado como processo de luta não somente como memória, como passado, mas como pertencimento e recorte de luta cotidiana, construtor de territorialidades.

Em se tratando do conceito de lugar, não é mais a dimensão do poder que é aquela mais imediatamente perceptível, mas sim a dimensão cultural-simbólica, não significa, porém, de jeito nenhum, sugerir que a dimensão do poder (sob a forma de heteronomia ou autonomia) não deva ser levada em conta. (SOUZA, 2012:116)

É dizer, a identidade territorial não necessariamente é endógena, ela pode ser construída e influenciar pessoas/coletivos/movimentos sociais/pesquisadores de forma exógena, a construção da identidade pode ser alimentada pelo fluxo de informação e apropriação de técnicas. Como exemplo contemporâneo, temos o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que, desde o levante de 1º de janeiro de 1994, o mítico “*Ya Basta!*” e a opção de comunicação e articulação em outras escalas, publiciza e ganha solidariedade em outros setores não indígenas, inclusive com forte trânsito pelos setores intelectuais e acadêmicos, formando redes. Haesbaert, contribui neste aspecto firmando que

Todo território-rede resulta da conjugação, em outra escala, de territórios-zona, descontínuos. Além disso, mais do que de superposição espacial, trata-se hoje, principalmente como novo aparato tecnológico-informacional à nossa disposição, de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico como também por “conectividade virtual”, a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios. (HAESBAERT, 2008:23)

Voltando aos e às zapatistas, a forma como se apropriam do uso da tecnologia, dos fluxos da informação, da internet, dos meios de comunicação, da mídia alternativa, fez com que o EZLN adquirisse o caráter global. Portanto, complexificando as territorialidades, gerando a multiterritorialidades.

A realização da multiterritorialidade contemporânea, fica evidente, envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede. Estes, como já vimos, são por definição, sempre, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios-zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla). A partir daí se desenham também diferenciações dentro da própria dinâmica de “multiterritorialização”. (HAESBAERT, 2008:35)

Na dimensão política, os níveis de intervenção e ação no espaço pelos e pelas de baixo, se articulam e exercem política sobre as mais premissas da escala (como conceito de análise<sup>1</sup>), na articulação de territórios-rede, na (auto)gestão comunitária, nas relações regionais, etc. Castro (2012) demarca a complexidade da escala quando traz para a perspectiva conceitual e afirma “como um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e naturezas diversas”, portanto, colocando uma dupla questão:

a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com seu espaço de referência. Este é um problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas; além disso, como os fatos sociais são necessariamente relacionais (CASTRO, 2012: 138)

A compreensão da escala se coloca, também, como ferramenta para dimensionar o grau de análise das territorialidades dos e das de baixo e, portanto, para projetar ações. SOUZA (2013), nos coloca a escala de análise, diferente da escala do fenômeno (sendo as duas relacionais), é algo intelectualmente construído como um nível analítico que possibilita buscar características pertinentes e relevantes para a questão ou problema formulado. Ou seja, se o território se faz base material e simbólica a partir da luta dentro de um programa anticapitalista, antiautoritário, anticolonial, autônomo, a análise escalar pode trazer referências estratégicas de execução destas ações, ou não/. Para isso, SOUZA sugere a **escala de ação** como ferramenta de análise diretamente política e estratégica:

De sua parte, a escala de ação diz respeito a um aspecto específico e muito diretamente político: aquele referente, em um raciocínio eminentemente estratégico, à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes. É, portanto, um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos. (SOUZA, 2013:183)

Assim, o conceito de escala passa a ser necessário para compreender a proposta e a construção destas geo-grafias dos e das baixo e projetar resistência, por exemplo. Quais as escalas de ação devemos os atentar dentro destas multiterritorialidades? Os movimentos

---

<sup>1</sup> Considerando a crítica da utilização deste conceito meramente como uma ferramenta de caracterização de empirismo científico (geográfico, no caso), ou como uma ferramenta que nivela graus de importância aos fenômenos, assim, “compartmenta-se” o “resultado” e “calcula-se a solução”.

antissistêmicos, em especial o indígena, vem respondendo pelas redes de solidariedade que emergem, quem sabe uma “geopolítica dos lugares”.

### **Sobre poder e autonomia**

O debate que buscou-se expor até aqui conduz a retomada dos conceitos de poder e autonomia. Raffestin (1993) afirma que o poder se materializa onde ocorre o território, de forma relacional, onde o poder é exercido por diferentes agentes no espaço. Estas diferenças, por sua vez, se consolidam através de práticas e concepções políticas, econômicas e sociais disputando a ordenação e a hegemonia espacial, na sua materialidade e no aspecto simbólico, como vimos. Todavia, afirmar a existência do poder não significa, necessariamente, remeter o poder sobre o outro, o controle e domínio.

A este propósito, recorremos também ao pensamento de Hannah Arendt ao destacar a ideia de que o poder não necessariamente é dominação, e que a dominação ratifica justamente a perda de poder. Segundo Arendt,

[...] o “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde origina-se o poder desaparece, “o seu poder” também desaparece. Arendt (ARENDR,1985: 24)

Assim, a manutenção da harmonia em determinada organização coletiva ressalta também o potencial de resistir ao poder enquanto dominação - ou Poder com “P” maiúsculo, como ilustra Raffestin. Um coletivo com princípios políticos, ideológicos e sociais que agem em uníssono gera diferentes significados, diferentes projetos, diferentes possibilidades, sem negar as contradições internas existentes, sem exercer controle ou domínio.

Foucault (2002) ao analisar sobre o poder como elemento necessário e intrínseco às relações sociais, afirma que

(...) a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (FOUCAULT, 2002:121)

Esta possibilidade de resistência se materializa em disputas oriundas da própria relação dos diferentes poderes estabelecidos, ou seja, quem domina, governa ou influência e como e em que circunstâncias isso ocorre (SOUZA, 2006). Todavia, ao falarmos em diferentes poderes e diferentes políticas, ou como nos coloca Raffestin (1993) “outros poderes e outras políticas”, estamos afirmando que entre estes “outros” estão envolvidos então estes territórios

em diferentes escalas como *palco de conflitos* das diferentes relações sociais, com diferentes lados inseridos em seu contexto histórico podendo ser visto, inclusive, a partir da perspectiva classista (SAQUET, 2007). Sendo assim, o poder deve ser analisado não em termos de propriedade, mas em termos de estratégia (FOUCAULT, 1995).

Da dimensão da autonomia, o legado de Castoriadis não pode faltar para esta reflexão, pois, ao se reportar a sociedade autônoma, não em relação a alguma camada dominante particular, ele pressupõe, também, a autonomia individual, não no sentido individualista, mas sim no sentido de se autogovernar enquanto indivíduo pertencente a um tipo de coletividade (CASTORIADIS, 1981). Para o filósofo,

[...] falar de uma sociedade autônoma, da autonomia da sociedade não somente em relação a tal camada dominante particular, mas em relação a sua própria instituição, necessidades, técnicas, etc., pressupõem ao mesmo tempo a capacidade e a vontade dos humanos de se autogovernar, no sentido mais forte desta palavra (CASTORIADIS, 1981:23).

O “sentido mais forte desta palavra” pode sugerir a materialidade da autonomia como pressuposto para as territorialidades. Souza (2005), que também toma como referência Arendt e Castoriadis, adiciona o conceito de autonomia como fundamental para adjetivar estas geografias, estes territórios dos e das de baixo, considerando esta perspectiva como chave para territórios e territorialidades que trazem em suas pautas uma proposta anticapitalista e/ou antiautoritária.

A autonomia possui duas faces indissociáveis: a autonomia individual e a autonomia coletiva. A ideia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva, ou consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade, o que depreende garantias político-institucionais, assim como a possibilidade material efetiva, e autonomia individual, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. A autonomia coletiva refere-se, assim, às instituições e às condições materiais (o que inclui o acesso à informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. (SOUZA, 2003:174)

Isto significa dizer que, nesta abordagem, a autonomia parte, em primeiro lugar, do próprio sujeito de se autogovernar, de autogerir seu espaço, a partir das suas próprias necessidades, em uma lógica horizontal e autônoma, como uma forma de gestão “particular” aos territórios que se edificam através de alguma prática de resistência. Assim, falar em autonomia torna-se mister, independentemente da escala de análise e de ação a ser abordada.

A autonomia assume aqui o sentido de uma auto-instituição da sociedade, auto-instituição que a partir de agora será mais ou menos explícita: sabemos que nós fazemos as leis, somos portanto responsáveis por elas e por isso temos constantemente que nos perguntar? Por que esta lei e não outra? O que,

evidentemente, implica também o surgimento de um novo tipo de ser histórico no plano individual, ou seja, o indivíduo autônomo, que pode questionar-se - e igualmente questionar em voz alta: "É esta lei justa?" (CASTORIADIS, 251:2002)

Assim, necessariamente nos remete a abordagem em torno dos agentes de poder centralizadores e heterônomos como o Estado, por exemplo, torna-se imprescindível por dois motivos: o primeiro é para argumentar a importância da autonomia como princípio e fim para uma organização eficaz no que se refere à resistência antissistêmicas, e o segundo motivo para elucidar os diferentes mecanismos de controle e domínio do Estado. Rodrigues (2010), ao apontar a necessidade de inserir a categoria autonomia no pensamento geográfico, afirma que

É possível afirmar que o conjunto de relações de poder que constitui uma determinada organização societária possui uma determinada espacialidade que lhe é imanente (não é um produto, uma esfera ou estrutura separada que vem antes ou depois da sociedade). Nesse sentido, o projeto autonomista coloca em questão a espacialidade hegemônica existente, tanto do capitalismo quanto das experiências do "socialismo real", baseadas, fundamentalmente nas seguintes instituições: o Estado e a propriedade (privada ou estatal). (RODRIGUES, 2010:71)

Retomamos, portanto, a impossibilidade de coexistência entre um projeto de sociedade autônoma coletiva a partir da intervenção do Estado, pois

Apesar de suas diferenças, o que ambas possuem em comum é o caráter heterônomo de suas organizações societárias caracterizadas, fundamentalmente, pela existência de classes que operam e determinam hierarquias, relações de dominação, opressão, exploração e tem no aparelho de Estado e no mecanismo da representação política (democracia representativa ou o partido único) a únicas instâncias de decisões políticas que excluem (de forma consensual ou violenta) a esmagadora maioria da população do processo de formulação de leis (RODRIGUES, 2010:7)

Em outras palavras, alienando a autodeterminação de gerir autonomamente os territórios com diferentes mecanismos de controle heterônomos, alguns são mais facilmente identificáveis, como a repressão e a violência policial, violência por grupos paramilitares, o próprio aparelho do estado através de mecanismos *democráticos* (ou não) e com o discurso de participação para a cooptação "pacífica" de qualquer forma de resistência (SILVEIRA, 2011). O Estado necessita controlar o território, controlar quem vive no território, para assim transformar território em mercadoria e meio para o capitalista, ou seja, autonomia concedida pelo Estado pode, por si só, deixar de existir.

### **Para pensar o espaço a partir da colonialidade**

Se tentarmos pensar em um curso linear (somente em caráter ilustrativo e não para análise epistemológica) a criação e o desenvolvimento do Estado, da política, da economia, da

ideologia, da produção do conhecimento acadêmico, enfim, da geografia que podemos observar e sentir, existe um crescimento substancial no aspecto do desenvolvimento da autonomia como pressuposto de existência – ou pelo menos de horizonte e de utopia – para determinados movimentos sociais, agremiações, coletivos antissistêmicos em especial na América Latina, África e Ásia.

No período entre guerras, quando o imperialismo europeu e a economia estadunidense avançavam em escala global, invadindo territórios, de alguma maneira os territórios em resistência também se territorializavam. Por exemplo, se por um lado tivemos vários territórios nacionais desestabilizados pela Queda da Bolsa de Nova York, em 1929, que colocava milhares de desempregados nas filas em busca de empregos, por outro lado tínhamos os sindicatos mais fortificados e demasiados influenciados pela Revolução Russa de 1917 e pela Guerra Civil Espanhola, em 1936, e mesmo no Brasil, na grande Greve Geral de 1917. Porém, o exemplo trazido para deguste aborda, tanto no espaço quanto no tempo, resistências construídas no seio do sindicalismo forjado em berço europeu, mais especificamente sobre as bases das teorias políticas da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), dos embates entre Marx e Bakunin, na Federação do Jura, na experiência da Comuna de Paris, etc, onde a base da organização dos sindicatos vai acontecer a partir da construção histórica e filosófica do socialismo, libertário ou não, mas, fundamentalmente, sobre um tecido social eurocentrado. Marcos (2004), ao estudar alguns grupos de produção agrícola com práticas coletivas autogestionadas no Brasil e na Itália, utilizando como proposta práticas anarquistas provenientes do final do século 18, século 19 e início do século 20, nos elucida o empenho de uma parte da humanidade na busca de formas de organização alternativas e combativas desde outros tempos e espaços.

O processo de independência das colônias de suas metrópoles não significou o fim da relação colonial. A emancipação as meias, como se diz em bom português, fará com que entre nós a questão da terra/território seja uma questão que potencialize e amalgame o conjunto de injustiças que nos conformam. Desde Zumbi, de José Martí, de Zapata, de Mariátegui, de Sandino, de Farabundo, Martí e da Revolução Boliviana de 1952, a questão da terra e dos territórios dos povos originários e outros se coloca no centro do debate político e social (PORTO GONÇALVES, 2006).

Desde 1492 que, aqui, nesse espaço que viria se chamar América Latina e Caribe, convivem diferentes temporalidades por meio de relações fundadas na opressão, no preconceito e na exploração. O hibridismo é pouco para caracterizar o que aqui se passou e se passa. O segundo momento de nossa formação social, que nos legou os Estados Territoriais independentes, preservou a colonialidade do primeiro. (PORTO GONÇALVES, 2006:158)

Ao mesmo tempo, alguns intelectuais vêm apontando na construção da crítica à imposição civilizatória eurocêntrica como pilar para a sociedade, em escala mundial, na perspectiva da colonialidade do saber e do poder. Pablo Gonzalez Casanova atenta para a categoria que denomina de Colonialismo Interno, onde aponta que para compreender esta dimensão é necessário aceitar que

Primero, que el colonialismo interno se da en el terreno econômico, político, social y cultural; segundo, como evoluciona ao largo de la historia del Estado-nación y el capitalismo; tercero, como se **relaciona con las alternativas emergentes , sistémicas y antisistémicas, em particular las que conciernen a 'la resistencia' y 'la construcción de autonomias'** dentro del Estado-nación, así como la creación de vínculos (o a la ausencia de estos) con los movimientos y fuerzas nacionales e internacionales de la democracia, la liberación y el socialismo" (CASANOVA, 2006:409) Grifo meu.

De acordo com Casanova (2006) a demarcação de terras e territórios refaz divisões geográficas, cria e recria novos fluxos e limites, novas fronteiras, criando também novas identidades, novos cotidianos. Este cenário resulta das práticas de expropriação de territórios que não mais interessam economicamente ao capital, como as pequenas propriedades de terra da agricultura camponesa, indígena, ribeirinha, substituindo por regiões de megainvestimento, perpetuando “e creando una consciencia colonizadora entre las distintas classes, com perdida de identidad de los nativos” (CASANOVA, 2006: 424).

### Palavras finais

O debate em torno da colonialidade do saber e do poder ainda é um desafio para a (re)construção do pensamento crítico, que busca na descolonização do conhecimento a superação do eurocentrismo como herança única. A partir do vasto campo teórico e conceitual da Geografia, caracterizar e sustentar novas estratégias de resistência (e talvez nem tão novas), não a partir de um conceito dado, mas buscar as geo-grafias dos e das de baixo, ou como sugere Porto Gonçalves (2002), nessa “imbricação de escalas onde novas territorialidades devem ser buscadas. Mais do que a geografia estamos diante de geo-grafias, enfim, do desafio geo-grafar nossas vidas, nosso planeta, conformando novos territórios, novas territorialidades. Categorias como território, escala, lugar estão mais elencadas para dar continuidade a esta construção. A emergência de um projeto autônomo como condutor das relações de poder nas diferentes territorialidades, compreendendo nestas o lugar como um dos motores políticos, de re-existência e de libertação. Neste ponto, os e as de baixo, os antiautoritários, os e as oprimidos já estão fazendo.

---

### Reflections to think a geography of and below

**Abstract:** Academic production in the field of Geography has become an intellectual production that reflects, according to social changes in different spaces and times, the political, the economic, the symbolic, the material, and the relational aspects. Thus, thinking of Geography is also epistemologically thinking of the power relations and the territorialized subjects in these different spaces. Based on this assumption, this article seeks to reflect on the possibilities of Geography to bring to the debate those who build space from below, from anti-authoritarian and anti-systemic relations, where the protagonists are dynamic and territorialized and where this dynamic, this movement is not restricted to the social and temporal sphere, but strongly “grapples” the space. In order to do so, we suggest a reflection on the possibilities of categories of Geography, such as territory, scale, place, as well as the dimension of autonomy and the decolonial and critical perspective as elements that should be thought from below.

**Keywords:** Geography. Territory. Territorialities. Autonomy. Coloniality.

### Reflexiones para pensar en una geografía de los y las de abajo

**Resumén:** La producción académica en el campo del conocimiento de la geografía se ha convertido en una producción intelectual que refleja, según los cambios sociales en diferentes espacios y tiempos, el aspecto político, económico, simbólico, material, relacional. Por lo tanto, pensar en la geografía es también pensar epistemológicamente en las relaciones de poder y los sujetos territorializados en estos diferentes espacios. Basándose en esta suposición, este artículo busca reflexionar sobre las posibilidades de la Geografía para llevar a debatir aquellas y aquellos que construyen el espacio desde lo abajo, a partir de relaciones antiautoritarias y antisistémicas, donde los y las protagonistas son dinámicos y territorializados y donde esta dinámica, este movimiento, no se limita al plano social y temporal, sino "grafan" fuertemente espacio. Sugerimos una reflexión en torno a las posibilidades de categorías de Geografía, como territorio, escala, lugar, así como la dimensión de la autonomía y la perspectiva decolonial y crítica como elementos que deben ser pensados desde abajo.

**Palabras clave:** Geografía. Territorio. Territorialidades. Autonomía. Colonialidad.

---

### Referencias

- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: UNB, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, Escalas de Ação e Instituições**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (una redefinición). In: BORON, Atilio, AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.) **La teoría marxista hoy**. CLACSO, Buenos Aires, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich, Álvaro; Costa, Benhur; Pires, Cláudia e Ueda, Vanda. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. 1ed. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008, v. , p. 19-36.

MARCOS, Valéria de. Alternativas para a produção agrícola camponesa na ótica do desenvolvimento local autossustentável. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** Seção Três Lagoas/MS. v.1, N.º 3, ANO 3. 2006. p.27-51.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ana Ester Ceceña. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Clacso, 2006, v. , p. 151-197.

\_\_\_\_\_. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, A, E.; SADER, E. (org). **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales - CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>> Acesso em 12de novembro de 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RODRIGUES, G. B. **A categoria da autonomia e o pensamento geográfico crítico brasileiro**. In: XVI Encontro Nacional de geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais do XVI Encontro Nacional de geógrafos, 2010.

SAQUET, A. Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SILVEIRA, Renata Ferreira da. **Autogestão e Geografia: os territórios no viés das resistências**. 108 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, Marcelo J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org). Geografia: conceitos e temas. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77 – 116.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZIBECHI, Raul. **Autonomias y emancipaciones**. América Latina em movimento. Lima: Programa Democracia y transformacion global: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales – UNMSM, 2007.

---

### Sobre a autora

**Renata Ferreira da Silveira** - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é doutoranda (em finalização) em Geografia na UFRGS e atua como professora do Ensino Básico e tutora de Educação a Distância no curso de Licenciatura em Geografia pela UFRGS.

---

Recebido para avaliação em dezembro de 2019  
Aceito para publicação em janeiro de 2020